

PANORAMA DA DISSERTAÇÃO A FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”: POSICIONAMENTO NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES E PERFIL DE EMPREGO¹

Thiara dos Santos Alves²

Helena Maria Tarchi Crivellari³

RESUMO

O artigo é uma apresentação geral da dissertação de mestrado intitulada *A Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego*. O objetivo geral do estudo foi contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a fim de apoiar o aperfeiçoamento deste instrumento classificatório, possibilitando que o uso da CBO, nas estatísticas de trabalho, possa revelar efetivamente o perfil de emprego de cada um destes profissionais. A fundamentação da dissertação foi feita através dos aportes teóricos da Sociologia das Profissões; da trajetória sócio-histórica dos Arquivistas e dos Museólogos; das interfaces entre a Arquivologia, a Museologia e áreas interdisciplinares; e dos estudos sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e quantitativa; o nível de interpretação dos objetivos foi do tipo descritivo e explicativo; e as técnicas de pesquisa utilizadas foram pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa apontam que: “Arquivistas e Museólogos” pertencem à mesma Família ocupacional por motivos pragmáticos, por inexpressividade numérica e pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional Uniforme

¹ Artigo baseado na dissertação “A família ocupacional ‘Arquivistas e Museólogos’: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) e agraciada com **Menção Honrosa** no “Prêmio REPARQ 2017”, concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

² Doutoranda em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ), Mestre em Ciência da Informação e graduada em História e Arquivologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Arquivista do Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). E-mail: thialves@yahoo.com.br.

³ Professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) e do PPGCI/UFMG; Pós-Doutora pela Universidad Carlos III de Madrid (UC3M); Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com Doutorado *Sandwich* pelo Institut d’Étude du Développement Économique et Social (IEDES) e Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: helenacrivellari@gmail.com.

de Ocupações, de 1988, como referência para a elaboração da CBO; para ser uma ferramenta útil, as informações da CBO precisam estar atualizadas com a realidade de trabalho destes profissionais; a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, pode-se inferir certo perfil de quem são e onde estão empregados formalmente os 2.652 “Arquivistas e Museólogos”; os dados agregados pouco revelam sobre o perfil de emprego de cada profissional e dificulta a viabilização de propostas de políticas públicas de formação e emprego para Arquivistas e Museólogos, por isso, é latente a necessidade de melhor conhecer o mercado de trabalho destes profissionais de forma desagrupada.

Palavras-chave: Classificação Brasileira de Ocupações. Arquivistas. Museólogos. Relação Anual de Informações Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma apresentação geral da dissertação de mestrado intitulada *A Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego*. Tal pesquisa foi defendida pela aluna Thiara dos Santos Alves, no ano de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari.

No Brasil, as profissões de Arquivista e Museólogo são regulamentadas, respectivamente, pela Lei nº 6.546/78 e pela Lei nº 7.287/84. De acordo com a legislação, Arquivista é o diplomado em curso superior de Arquivologia ou o profissional que, na data de início da vigência da Lei nº 6.546/78, contava com experiência no campo profissional da Arquivologia de, no mínimo, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados. Por sua vez, em termos legais, o Museólogo é o graduado em curso superior de Museologia; ou o pós-graduado em nível de Mestrado e de Doutorado em Museologia; ou o profissional com outro curso de nível Superior que, no prazo de três anos contados a partir da vigência da Lei nº 7.287/84, comprovou experiência em atividades técnicas de Museologia e tal experiência foi validada pelos Conselhos Regionais de Museologia.

Estes profissionais, Arquivistas e Museólogos, estão reunidos em uma mesma Família ocupacional na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em sua versão 2002, e alterações incluídas em 2013. A CBO é o “documento normalizador (no sentido

classificatório) do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (BRASIL, 2010a). É uma classificação enumerativa e descritiva, uma vez que “codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos” (BRASIL, 2010a) e “inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho” (BRASIL, 2010a). A CBO é utilizada, por exemplo, na Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

A RAIS/MTE é uma estatística pública sobre o mercado de trabalho formal, constituída de informações obrigatoriamente fornecidas pelos empregadores de mão de obra. As estatísticas públicas são matéria-prima para a elaboração de indicadores sociais (JANNUZZI, 2003) e estas duas fontes de informações numéricas (estatísticas públicas e indicadores sociais) podem apoiar o planejamento e a formulação de políticas públicas em diferentes áreas do Governo. Neste sentido, a RAIS/MTE tem sido utilizada, por exemplo, para “analisar mudanças da estrutura ocupacional dos mercados formais de trabalho nas diversas regiões do país, subsidiando a formulação e acompanhamento de programas de qualificação de mão de obra” (JANNUZZI, 2003, p. 53).

Embora estejam em uma mesma Família ocupacional, Arquivistas e Museólogos desempenham atividades específicas (que, algumas vezes, são convergentes) na sociedade. Estes profissionais são polivalentes, possuem importância estratégica na sociedade atual, todavia, são escassos os estudos sobre esta Família ocupacional na Classificação Brasileira de Ocupações; o uso deste sistema classificatório nas estatísticas de emprego; e sobre o perfil de emprego destes profissionais.

Por tal razão, a dissertação de mestrado pretendeu contribuir com reflexões sobre o posicionamento dos Arquivistas e Museólogos na estrutura da Classificação Brasileira de Ocupações, e apresentou o perfil de emprego formal desta Família ocupacional, a partir dos dados da RAIS/MTE, sendo esta uma forma de apresentar o uso da CBO nas estatísticas de emprego.

A relevância do tema escolhido residiu na discussão proposta na pesquisa, a qual poderá contribuir com apontamentos para uma possível atualização e revisão de parte do documento da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Inclusive, a atualização da CBO já foi o objetivo de edital de chamada pública (BRASIL, 2010b) do Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Além disso, a revisão da descrição da profissão do Arquivista⁴ na Classificação Brasileira de Ocupações foi uma das recomendações da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010).

A importância deste estudo também se encontrou no fato de serem poucas as pesquisas sobre esta Família ocupacional e sobre o perfil de emprego do Arquivista e do Museólogo. Damasceno (2015, p. 11) alerta que são insuficientes os dados sobre os trabalhadores Museólogos no Brasil, “o que torna difícil, por exemplo, mensurar com mais precisão o seu quantitativo em números absolutos, bem como, observar outras variáveis como faixa etária, gênero, cor/raça etc.”. Todavia, o Museólogo é um ator indispensável para a valorização e a preservação do patrimônio. No que tange ao Arquivista, Souza (2011, p. 31) assevera que “a produção acadêmica que trata especificamente do mercado laboral para arquivistas é, internacionalmente, escassa” e Bellotto (2002, p. 48-49 *apud* SOUZA, 2011, p. 43) assinala um desconhecimento sobre este profissional.

A caracterização do perfil de emprego atual dos “Arquivistas e Museólogos” proposta em tal pesquisa, a partir da análise dos dados das bases da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), foi inovadora para esta Família ocupacional. A dissertação poderá prover informações que poderão ser utilizadas na formulação de políticas públicas de formação e emprego; nos espaços de formação dos profissionais; pelos Arquivistas e Museólogos, pelos empregadores, pelos estudantes, pelos pesquisadores e por outros atores sociais interessados, tais como as organizações profissionais, os diretórios ou centros acadêmicos.

A fim de fornecer reflexões que possam contribuir para uma possível atualização e revisão das informações sobre a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, na CBO, a pesquisa pretendeu responder às seguintes questões:

- a) Por que o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na CBO, se dá em uma mesma Família ocupacional?
- b) Quem são e onde estão empregados os “Arquivistas e Museólogos”?

⁴ Na CBO, não há uma descrição para a profissão de Arquivista e sim para a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. Talvez, o que foi chamado de descrição para a profissão de Arquivista seja os títulos sinônimos para a ocupação de Arquivista.

O objetivo geral do estudo foi contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações, a fim de apoiar o aperfeiçoamento deste instrumento classificatório, possibilitando que o uso da CBO, nas estatísticas de trabalho, possa revelar efetivamente o perfil de emprego de cada um destes profissionais. Para atingir esta meta, a pesquisa desenvolveu-se a partir dos seguintes objetivos específicos:

- apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO;
- explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional;
- caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: 1) quantos são e qual é o perfil dos “Arquivistas e Museólogos” quanto ao gênero, à faixa etária, à escolaridade, ao tempo de emprego, à renda, ao tipo de admissão e ao tipo de vínculo de trabalho; 2) onde estão empregados os “Arquivistas e Museólogos”, no que concerne: a) ao empregador: natureza jurídica e tamanho do estabelecimento empregador; b) à distribuição destes profissionais no espaço geográfico brasileiro (estados/ regiões brasileiras); c) aos setores econômicos de atuação, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁵, versão 2.0.

2 PERCURSO DO REFERENCIAL TEÓRICO DA DISSERTAÇÃO

No capítulo dedicado ao referencial teórico da dissertação, foram apresentadas as bases teóricas a partir das quais se desenvolveu a pesquisa. Esta parte seguiu dividida em seções e subseções, tendo as seções recebido os seguintes títulos: “Contribuições da Sociologia das Profissões para análise das profissões de Arquivista e de Museólogo no Brasil”; “A Arquivologia e os Arquivistas”; “A Museologia e os Museólogos”; “As interfaces entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação” e “Estudos sobre o mercado de trabalhos dos Arquivistas, dos Museólogos e dos ‘Arquivistas e Museólogos’”.

⁵ A Classificação de Atividades Econômicas (CNAE) é o instrumento de padronização das atividades econômicas, adotado pela Administração Pública para identificar atividades econômicas em registros e cadastros de pessoa jurídica e pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Na seção “Contribuições da Sociologia das Profissões para análise das profissões de Arquivista e de Museólogo no Brasil”, buscou-se destacar o aumento e a importância dos subsídios teóricos das Ciências Humanas e Sociais para a área da educação, da informação e do trabalho. Além disso, as subseções foram dedicadas ao breve conhecimento dos modelos teórico-metodológicos da Sociologia das Profissões e à reflexão, sempre que possível convergindo para a realidade dos Arquivistas e dos Museólogos, sobre a centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais e sobre o papel das profissões na sociedade democrática e da organização profissional.

A seção “A Arquivologia e os Arquivistas” desmembrou-se em subseções, nas quais foi apresentada uma breve contextualização sócio-histórica da Arquivologia; em seguida, foi exposto o cenário histórico brasileiro da Arquivologia e da formação do Arquivista; a diante, foi abordado o objeto de trabalho do Arquivista, atendo-se às exposições de Bellotto (2014), que considera o documento de arquivo como o principal objeto de trabalho do Arquivista; por último, foram feitas algumas considerações sobre a burocracia e os arquivos.

Na subseções da seção “A Museologia e os Museólogos” – de forma análoga à apresentação feita sobre a Arquivologia e os Arquivistas – foi exposta uma sucinta contextualização sócio-histórica da Museologia; em seguida, foi apresentado o cenário histórico brasileiro da Museologia e da formação do Museólogo; a diante, foi abordado o objeto de trabalho do Museólogo, tendo como referência principal o estudo de Peter van Mensch (1994); por fim, foram feitas algumas considerações sobre a relação entre Estado e museus.

Na seção “As interfaces entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação”, discorreu-se sobre a preocupação existente em torno da colaboração entre profissionais de arquivos, bibliotecas e museus; a influência das matrizes filosóficas e científicas de origem francesa na idealização e na concretização dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil; as fases sincrética e custodial, técnica e custodial e científica e pós-custodial que passaram a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Buscou-se, a partir de leituras de autores de referência, apontar as aproximações entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação. Dedicou-se um espaço para discutir o termo “Profissionais da Informação”

e, por fim, conclui-se que as aproximações e as interfaces entre Arquivologia e Museologia são questionáveis e ainda são necessárias consolidações no campo científico.

Na seção “Estudos sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e dos ‘Arquivistas e Museólogos’”, considerou-se importante expor, sumariamente, alguns estudos recentes e relevantes que abordaram este mercado de trabalho. Observou-se que são poucos os estudos que exploram o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e dos “Arquivistas e Museólogos” e que as pesquisas mais recentes e que se destacam nesta temática, a partir de diferentes metodologias, apresentaram aspectos gerais sobre este mercado de trabalho, revelaram o perfil destes profissionais e indicaram que a representatividade numérica tanto dos Arquivistas quanto dos Museólogos e dos “Arquivistas e Museólogos” é significativamente pequena.

3 METODOLOGIA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. O primeiro e o segundo objetivos específicos da pesquisa – respectivamente, apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO; e explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional – valeram-se do método qualitativo, tendo em vista os processos de observação, análise sistemática e interpretação de fontes documentais primárias e bibliográficas. O terceiro objetivo específico – caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” –, por sua vez, foi estudado sob o enfoque quantitativo de análise do conteúdo numérico, a partir de uma descrição sistemática, quantitativa e objetiva dos dados estatísticos (MARCONI; LAKATOS, 1982).

Quanto ao nível de interpretação (MARCONI; LAKATOS, 1982) dos objetivos, a pesquisa foi do tipo descritiva e explicativa. O primeiro e o terceiro objetivos específicos foram estudados descritivamente, a fim de caracterizar uma situação ou fenômeno, e o segundo objetivo específico foi abordado de forma explicativa, a fim de identificar fatores que explicam, determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno.

As técnicas de pesquisa empregadas no estudo como instrumentos de operacionalização do conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 1982) foram: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico apoiou todo o

desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa documental, por seu turno, utilizou as fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Solicitou-se à DCBO o acesso ao estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002, e qualquer outra documentação concernente a esta Família e aos trabalhos desenvolvidos para a formulação da versão 2002 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002). A técnica de pesquisa documental também foi empregada ao utilizar as fontes estatísticas da base de dados *online*⁶ da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

Para caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", foi realizado um levantamento dos dados oficiais mais recentes, procedentes dos estabelecimentos empregadores, disponíveis na base estatística *online* da RAIS/MTE. Os critérios para o levantamento de dados foram os seguintes: informações do ano de 2014, o qual era, até então, o último ano com dados disponibilizados para consulta pública nas bases estatísticas *online* da RAIS/MTE; existência de vínculo ativo do profissional em 31 de dezembro do ano pesquisado; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado⁷. A partir destes critérios, buscaram-se as seguintes informações para caracterizar o perfil de emprego formal dos "Arquivistas e Museólogos": 1) quantos são e qual é o perfil dos "Arquivistas e Museólogos" quanto ao gênero, à faixa etária, à escolaridade, ao tempo de emprego, à renda, ao tipo de admissão e ao tipo de vínculo de trabalho; 2) onde estão empregados os "Arquivistas e Museólogos", no que concerne: a) ao empregador: natureza jurídica e tamanho do estabelecimento empregador; b) à distribuição destes profissionais no espaço geográfico brasileiro (estados/ regiões brasileiras); c) aos setores econômicos de atuação, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0.

⁶ A participação no Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) é gratuita. A adesão ao programa para acesso *online* às bases estatísticas ocorre mediante solicitação e envio do cadastro do pesquisador solicitante. Maiores informações no site do PDET, disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br>>, acesso em: 05 mar. 2018.

⁷ No Brasil, ter o "curso superior" é uma exigência para ser considerado Museólogo (Lei nº 7.287/1984) ou Arquivista (Lei nº 6.546/78). O Museólogo, de acordo com a lei, também pode ser o pós-graduado em nível de Mestrado e de Doutorado em Museologia. Sobre a formação e a experiência da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", a CBO 2002 indica que: "As ocupações da Família requerem curso superior completo na área. Não é incomum, contudo a presença de profissionais com curso de especialização ou mesmo pós-graduação" (BRASIL, [2002?a]).

A RAIS/MTE é um registro administrativo, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos empregadores (PENA, 2007). Este instrumento governamental de coleta de dados do setor do trabalho formal possui uma grande representatividade amostral e contempla informações, fornecidas pelo empregador (organizações legais públicas e privadas), sobre os trabalhadores e sobre os estabelecimentos, e utiliza em seus registros a CBO. A nomenclatura da CBO, versão 2002, passou a ser obrigatória nos documentos oficiais da Relação Anual de Informações Sociais, desde janeiro de 2003 (BRASIL, 2002). Na CBO, os Arquivistas e os Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, sendo esta a “unidade de classificação descritiva mais desagregada” (BRASIL, [2002b]). Deste modo, ao utilizar a CBO em seus registros, a RAIS/MTE unifica o mercado de trabalho dos Arquivistas e dos Museólogos, de forma que não é possível desmembrar os dados destas ocupações.

A realização da pesquisa apoiou-se na representação das informações em quadros e em tabelas. Estas foram utilizadas para sistematizar as informações numéricas. Com o intuito de promover a análise e a interpretação dos dados nestas tabelas, utilizou-se a porcentagem como recurso facilitador para a comparação entre frequências das distribuições numéricas (MARCONI; LAKATOS, 1982). Os quadros foram utilizados para esquematizar e descrever informações textuais.

4 RESULTADOS DA DISSERTAÇÃO

Para atender aos objetivos da dissertação, no capítulo dedicado aos resultados, primeiramente, foi apresentado o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a possível explicação para a junção destes profissionais em uma mesma Família ocupacional; em seguida, caracterizou-se o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

Na primeira seção dos resultados, a apresentação do histórico detalhado do posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO, nas versões de 1994 e de 2002, permitiu reconstruir a trajetória destas ocupações no instrumento classificatório, delimitar aspectos semelhantes e diferentes e produzir reflexões sobre a CBO. Destacou-se que a reunião das profissões de Arquivistas e Museólogos, na nova versão da CBO, ocorreu devido à adoção adaptada da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988,

(CIUO 88), conforme indica a própria CBO 2002. No campo “Código Internacional: CIUO 88”, da ficha de descrição da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, está registrado o código 2431 (*Archiveros y conservadores de museos*), para comparação de estatísticas internacionais (BRASIL, 2010a). Além disso, apresentou-se e refletiu-se sobre todos os campos da CBO 2002 para a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” – “Título sinônimo da ocupação”, “Descrição sumária”, “Formação e experiência”, “Condições gerais de exercício”, “Código internacional CIUO 88”, “Recursos de Trabalho” e “Grandes Áreas de Competências (GAC’s)”.

Esta parte dos resultados também foi aproveitada para alertar que a descrição sumária da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, na CBO 2002, tem sido utilizada em alguns editais⁸ de concursos públicos para apontar a descrição ou atribuição do cargo, por exemplo, apenas do Arquivista, e isto pode gerar equívocos sobre o campo de jurisdição legal do Arquivista e do Museólogo.

Mapeou-se os currículos *Lattes* disponíveis, na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dos especialistas participantes do painel de descrição e/ou de validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” na CBO 2002 e constatou-se informações sobre qual é a formação acadêmica e a atuação profissional (atual) destas pessoas.

Pesquisas nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2000-2001) revelaram informações importantes sobre o processo de elaboração da descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” na CBO 2002. No Relatório de Participantes por Família (BRASIL, 2000-2001), foi possível identificar o nome do relator e do facilitador dos trabalhos da Família ocupacional 2613. Na Plataforma *Lattes* do CNPq foi possível localizar, nos currículos *Lattes* destes profissionais, a formação acadêmica e a atuação profissional (atual) deles.

O *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001), da etapa de descrição da CBO 2002, detalhou-se sobre a dinâmica do comitê e apresentou-se, por exemplo, considerações do facilitador sobre os representantes. Algumas citações deste relatório

⁸ Por exemplo: Edital de Concurso Público nº 10, de 12 de maio de 2010, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano; Edital nº 001/2013 – PROGEP, da Universidade Federal de Santa Maria.

revelam que houve conflito entre os especialistas participantes, quanto à unidade da Família ocupacional 2613. Quanto à definição da Família ocupacional, o facilitador conclui: “A proposta é a separação das ocupações em duas famílias” (BRASIL, 2000-2001). Segundo o facilitador, o comitê propôs a criação de duas famílias distintas, uma denominada de Museólogos e a outra, de Arquivistas.

Nesta fase de descrição, observações adicionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001), demonstraram que o fato dos Arquivistas e dos Museólogos estarem em uma mesma Família em outras classificações internacionais foi levado em consideração para avaliar a junção destes profissionais na CBO. A Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88), foi adotada pela CBO, com algumas adaptações, e esta escolha também influenciou a junção dos Arquivistas e dos Museólogos em uma mesma Família ocupacional. O MTE também reconhece que as ocupações de Arquivista e de Museólogo mobilizam conhecimentos e habilidades específicas, contudo, explicou que não é possível defender a separação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” em duas Famílias, devido à inexpressividade numérica destes profissionais no país⁹. Deste modo, ao que tudo indica, o que pesou para a junção destas ocupações foram motivos de ordem pragmática.

Na fase final de validação da Família 2613, os especialistas participantes da etapa de validação da Família ocupacional entenderam que os Arquivistas e os Museólogos deveriam unir-se aos Bibliotecários, Conservadores/Restauradores formando uma nova Família ocupacional. Todavia, o material fornecido pelo DCBO não permitiu compreender como se deu a conciliação entre as propostas feitas nas fases de descrição e de validação e o produto final publicado na CBO 2002.

Na segunda seção dos resultados da pesquisa, como uma forma de apresentar o uso da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nas estatísticas de trabalho e emprego, caracterizou-se o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais do

⁹ O quantitativo de representantes da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos, de acordo com os dados de 2014, da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), era de 7.274 pessoas se for considerada qualquer escolaridade e 2.652 pessoas se a escolaridade for restringida à formação em Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado.

Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), sem esgotar os inúmeros cruzamentos entre variáveis possíveis a partir dos dados deste registro administrativo do Governo.

Como já mencionado, a Família ocupacional, na CBO, é o nível mais desagregado para as análises estatísticas, assim, uma vez que Arquivistas e Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, as informações, a partir da RAIS/MTE, sobre o mercado de trabalho formal destas ocupações estão agregadas de tal forma que não é possível desmembrar os dados por ocupações de Arquivista e de Museólogo. Aqui é importante retomar os critérios utilizados nas buscas na base estatística da RAIS/MTE (BRASIL, 2014): informações do ano de 2014 (dados, até então, mais recentes disponíveis para consulta); vínculo ativo do profissional no final do ano; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado.

Na dissertação consta uma tabela com o quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados nas Unidades Federativas do Brasil, indicando que a soma do número de profissionais nas Unidades Federativas brasileiras, a partir dos dados obtidos na base estatística da RAIS/MTE, totalizou em 2.652 “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados no Brasil. Portanto, o contingente de profissionais da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” correspondeu a 0,005% do total da população formalmente empregada no Brasil e com vínculo ativo em 31 de dezembro de 2014. Também pode-se concluir que mais de a metade dos “Arquivistas e Museólogos”, 1378 profissionais, concentravam-se na região Sudeste do país. O segundo maior quantitativo estava na região Nordeste, com 437 profissionais. Em seguida, a região Sul apresentava 422 profissionais. Depois, observavam-se 334 profissionais da região Centro-Oeste. Por fim, o menor quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” estava na região Norte, com apenas 81 profissionais.

Também foram apresentadas, na dissertação, informações em tabelas indicando o gênero, a escolaridade, a faixa etária e a faixa de remuneração média (em salários mínimos – SM) dos “Arquivista e Museólogos”. Pode-se observar que na Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: 64,93% dos profissionais eram mulheres e 35,7% eram homens; apenas 2,79% dos profissionais possuíam Mestrado e 0,75% possuíam Doutorado (portanto, os demais, 96,46% possuíam somente a Graduação); a faixa etária predominante era a de mais de 30 anos (com 78,05% profissionais); 51,10% dos “Arquivistas e Museólogos” recebiam faixas de remuneração média que eram inferiores ou iguais a 5 SM; 31,06%

recebiam faixas de remuneração média que eram superiores a 5 SM e inferiores a 10 SM e 17,84% receberam faixas de remuneração média que eram superiores a 10 SM.

A tabulação das informações da RAIS/MTE sobre a faixa de horas contratadas (trabalhadas semanalmente) e o tamanho do estabelecimento empregador permitiram analisar que: 51,09% dos “Arquivistas e Museólogos” trabalhavam de 31 horas a 40 horas semanalmente, 39,44% trabalhavam de 41 horas a 44 horas e as demais faixas de horas contratadas somam 9,47%; os “Arquivistas e Museólogos” estavam empregados, em sua maioria, em estabelecimentos de grande porte, sendo 41,86% empregados em estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados.

A tabela, presente na dissertação, sobre a faixa de tempo de emprego da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, apontou que: a soma das faixas de tempo de emprego inferiores a 2 anos totalizavam 34,28%; a maioria dos “Arquivistas e Museólogos” possuíam 10 anos ou mais de tempo de trabalho (21,30%), seguido de 18,02% com 5 anos ou mais e menos de 10 anos de tempo de trabalho, e depois pelos empregados com 3 anos ou mais e menos de 5 anos de tempo de trabalho (15,01%); na sequência, apresentavam-se os trabalhadores com 2 anos ou mais e menos de 3 anos de tempo de trabalho (11,39%).

Na dissertação, a tabela sobre a natureza jurídica do empregador dos “Arquivistas e Museólogos”, revelou que o principal empregador da Família ocupacional é a “Administração pública”, com 46,95%. Depois da “Administração pública”, a natureza jurídica dos empregadores que mais empregaram foram as “Entidades empresariais” (37,03%) e as “Entidades sem fins lucrativos” (15,76%). As outras duas categorias de natureza jurídica, “Pessoas físicas” e “Instituições extraterritoriais” somaram apenas 0,26%.

Sobre o tipo de vínculo empregatício dos “Arquivistas e Museólogos”, os dados da RAIS/MTE apresentados na dissertação indicaram que 55,54% dos profissionais desta Família ocupacional eram celetistas, 42,65% eram estatutários, 1,17% temporários e 0,64% contratados. Portanto, 98,19% dos “Arquivistas e Museólogos” eram celetistas ou estatutários. É importante ressaltar que a Administração Pública também contrata através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principalmente, nas sociedades de economia mista, nas empresas públicas e nas fundações de direito privado.

A tabulação dos dados da RAIS/MTE sobre as áreas de atuação (atividades) dos empregadores dos “Arquivistas e Museólogos” apontaram que do total de 2.652

“Arquivistas e Museólogos” empregados formalmente em 2014, 51,54% dos profissionais estavam empregados em apenas dois setores econômicos: “Administração Pública, Defesa e Seguridade Social” (780 profissionais, o que representava 29,41% do total) e “Educação” (587 profissionais, o que representava 22,13% do total). Outros setores que se destacaram, com 100 ou mais profissionais, foram: “Atividades Administrativas e Serviços Complementares” (196 profissionais); “Atividades Profissionais Científicas e Técnicas” (192 profissionais); “Informação e Comunicação” (170 profissionais); “Outras Atividades de Serviços” (155 profissionais) e “Saúde Humana e Serviços Sociais” (110 profissionais).

Ao cruzar as informações do quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” empregados na “Administração pública, defesa e seguridade social” e na “Educação” com as informações sobre a natureza jurídica do empregador, identificou-se que: a) o Poder Executivo era o que mais emprega “Arquivistas e Museólogos”, os quais atuam no setor econômico “Administração pública, defesa e seguridade social”; b) o setor econômico “Educação”, por seu turno, empregava mais “Arquivistas e Museólogos” nas Autarquias. O conhecimento da “natureza jurídica do empregador” dos setores econômicos que mais empregavam “Arquivistas e Museólogos” permitiu afirmar que esta Família ocupacional era composta, em sua maior parte, por servidores públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento dos “Arquivistas e Museólogos” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o perfil de emprego destes profissionais foram discutidos, na dissertação, a partir da contextualização do sistema profissional como um todo e dentro do percurso histórico destas profissões. Conhecer as trajetórias ocupacionais dos Arquivistas e dos Museólogos poderá auxiliar e orientar a formulação e implementação de políticas públicas de formação e emprego para estes profissionais.

“Arquivistas e Museólogos” se posicionam, na CBO, em uma mesma Família ocupacional, por motivos pragmáticos. Embora não haja consistência teórica e metodológica para esta junção, ela se fez necessária para cumprir os objetivos práticos propostos pela Classificação Brasileira de Ocupações e pela inexpressividade numérica da Família ocupacional. A reunião destes profissionais em uma mesma Família ocupacional também pode ser explicada pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional

Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88) como referência, uma vez que esta classificação internacional agrega os Arquivistas e os Museólogos no Grupo Primário *Archiveros y conservadores de museos (Archivists and curators)*.

A Classificação Brasileira de Ocupações padroniza a linguagem ocupacional e isto é muito importante, pois a formulação de políticas públicas consistentes depende da qualidade das informações que recebem seus formuladores (NOZOE *et al*, 2003). Mas para ser uma ferramenta realmente útil, estas informações, além de padronizadas, precisam estar atualizadas com a realidade de trabalho. Ao conhecer, sistematizar e classificar o mercado de trabalho brasileiro, a CBO estabelece parâmetros que informam e representam as relações sociais, políticas e econômicas do país (SEGNINI *apud* SUGIMOTO, 2004).

A Classificação Brasileira de Ocupações é muito utilizada nos planos de cargos e salários, mas seu uso equivocado, como, por exemplo, na descrição ou atribuição de cargos nos editais de concurso público, prejudica os profissionais em questão. Assim, a atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, de forma a aprimorá-la e a favorecer seu uso correto, é uma forma de identificar e reconhecer as profissões, favorecendo a valorização e a afirmação da identidade profissional.

Pelos dados da RAIS/MTE apresentados, pode-se inferir certo perfil de quem eram e onde estavam empregados formalmente os 2.652 “Arquivistas e Museólogos”. A maioria desta Família ocupacional estava empregada nas seguintes Unidades Federativas: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os “Arquivistas e Museólogos” eram compostos majoritariamente por mulheres; por pessoas que não deram continuidade aos estudos em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*, que estavam na faixa etária de 30 a 39 anos, possuíam faixa de remuneração média mais frequente de 7 a 10 salários mínimos, trabalhavam de 31 a 40 horas semanais, estavam empregadas por tempo igual ou superior a 10 anos, e possuíam o vínculo de trabalho celetista. O empregador mais frequente entre os “Arquivistas e Museólogos” foi a Administração pública, os estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados e os que atuam no ramo da atividade econômica “Administração pública, defesa e seguridade social”.

Os dados estatísticos sobre a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” pouco revelam sobre o perfil de emprego de cada profissional e é latente a necessidade de melhor conhecer o mercado de trabalho destes profissionais de forma desagrupada, a fim

de observar as homogeneidades e heterogeneidades destes trabalhadores, que, talvez, fiquem encobertas nos dados agregados.

Do ponto de vista das políticas públicas, ficou evidente a grande dificuldade de se viabilizarem propostas sobre formação e emprego para Arquivistas e Museólogos, quando os dados quantitativos das duas profissões são agrupados em uma mesma Família ocupacional. Neste caso, levantam-se hipóteses de que: muitos Museólogos trabalhem em condições de informalidade nos museus brasileiros (DAMASCENO, 2015) e em Curadorias, por meio de ocupação informal, que, em geral, é um trabalho precário, caracterizado pela instabilidade no vínculo empregatício (trabalho temporário, terceirização e subcontratação), informalidade, baixa remuneração e baixa qualificação (BRAGA, 2012 *apud* DAMASCENO, 2015); a maioria do trabalho arquivístico ocorra em regime de trabalho formal, em atividades burocráticas da administração pública, sendo, portanto, o Arquivista, e não o Museólogo, o principal representante da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” nos dados da RAIS/MTE. Só a desvinculação das duas profissões e/ou dos dados estatísticos correspondentes permitiria a comprovação destas hipóteses e uma completa observação da realidade. A partir dos desdobramentos das conclusões, a dissertação encerrou-se elencando doze recomendações (sugestões) de temas para pesquisas futuras.

**OVERVIEW OF THE DISSERTATION THE OCCUPATIONAL FAMILY
“ARCHIVISTS AND MUSEOLOGISTS”: POSITIONING IN THE BRAZILIAN
CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS AND EMPLOYMENT PROFILE**

ABSTRACT

The article is a general presentation of the master's dissertation titled "The Occupational Family 'Archivists and Museologists': positioning in the Brazilian Classification of Occupations and employment profile." The general objective of the study was to contribute to a critical reflection on the position of Archivists and of the Museologists, in the Brazilian Occupation Classification (BCO), in order to support the improvement of this classificatory instrument, allowing the use of BCO, in the work statistics, to effectively reveal the employment profile of each one of these professionals. The dissertation basis was made through the theoretical contributions of the Sociology of Professions; of the socio-historical trajectory of Archivists and Museologists; of the interfaces

between Archivology, Museology and interdisciplinary areas; and studies of the labor market of Archivists, Museologists and the Occupational Family "Archivists and Museologists". The methodological approach used was qualitative and quantitative; the level of interpretation of the objectives was descriptive and explanatory; and the research techniques used were documentary research and bibliographic research. The results of the research indicate that: "Archivists and Museologists" belong to the same Occupational Family for pragmatic reasons, numerical inexpressiveness and the use, even if adapted, of the 1988 International Standard Classification of Occupations, as a reference for the elaboration of BOC; to be a useful tool, BOC information needs to be up-to-date with the work reality of these professionals; from the data of the Annual Report of Social Information, it is possible to infer a certain profile of who are and where they are formally employed the 2,652 "Archivists and Museologists"; the aggregate data reveal little about the employment profile of each professional and makes it difficult to make proposals for public policies of training and employment for Archivists and Museologists, so it is latent the need to better know the labor market of these professionals in an ungrouped form.

Keywords: Brazilian Occupation Classification. Archivists. Museologists. Social Information Annual Report.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiara dos Santos. **A Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos":** posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AE3HFE>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1978.

_____. Lei nº 7.287, de 18 de novembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1984.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. Buscas por Título. Arquivistas e museólogos**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?a]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2010a. Não paginado. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. CBO 2002. Informações Gerais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?b]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=MASd9NwTAoLTIsIDzm1v88Xr.slave13:mte-230-cbo-01>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital de Chamada Pública de Parcerias SPPE/MTE N° 22/2010**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **[Estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002]**. São Paulo: Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, 2000-2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 397**, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo o território nacional e autoriza sua publicação. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

DAMASCENO, Wagner Miquéias Felix. A situação dos museólogos brasileiros: uma análise sobre trabalho e precarização. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA, 6., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2015. p.1-17. Disponível em: <http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AN4B.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia.** Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000300023&script=sci_arttext#tx11>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones. Página de Entrada.** Suíça: CIUO, 2005. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/index.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da Informação no Brasil:** um estudo a partir da RAIS/MTE, 1992-2005. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

SUGIMOTO, Luiz. O ofício de cada um. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 256, jun. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2004/ju256pag03.html>. Acesso em: 05 mar. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.** Deliberações, recomendações e monção. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2010/11/I-REPA-RECOMENDAES.pdf.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Trabalho recebido em: 10 mar. 2018

Trabalho aceito em: 19 mar. 2018
